

- b). — a era do chá e das dívidas chinesas;
- c). — a era do algodão e do ópio.

Esse estudo permite concluir que a oposição da China e do Ocidente não é o fruto de uma discordância conjuntural. Tudo indica ao contrário a correlação, isto é, a existência duma conjuntura em escala mundial, ou melhor de uma diferença de estrutura: quando o Ocidente se definiu pela triplice ascensão do capitalismo, do espírito científico e do progresso técnico, a China permaneceu no estágio pré-capitalista, pré-científico e pré-técnico, porque permaneceu submissa ao duplo despotismo da burocracia mandarina e do investimento imobiliário.

E. S. P.

*

DERMIGNY (Louis). — **Les Memoires de Charles de Constant sur le commerce a la Chine.** Paris. S.E.V.P.E.N. Ministère de l'Éducation Nationale. Publicação da "École-Pratique des Hautes Études". Coleção "Ports-Routes-Trafics". 1965.

Charles de Constant, primo-irmão do célebre Benjamim, é um filho segundo de abastada família, que embarcou aos 16 anos para a China, onde esteve três vezes em Cantão entre 1779 e 1793, ao serviço da Companhia imperial e depois da Companhia francesa das Índias, onde exerceu o ofício de escrevente. Quando do seu regresso à Europa resolveu escrever uma obra que fôsse ao mesmo tempo um manual de comércio e um tratado da China e dos chineses, do qual, infelizmente, deixou ao morrer elementos esparsos.

A obra é precedida duma introdução onde se estuda o meio em que viveu Constant e uma biografia do autor. O essencial dêsse material se encontrará ordenado em torno de algumas teses simples.

Grande parte da obra foi dedicada aos documentos de caráter técnico. Quanto às considerações sobre o país e os costumes, se o seu papel é reduzido, foi porque a informação ficou restrita a Cantão.

Constant é muito mais um testemunho da China do que da sinofobia montante: vindo a Cantão após leituras "edificantes", espantou-se em não encontrar a realidade semelhante às descrições vantajosas que êle tinha lido, esforçou-se pelo menos em "desmitificar" a China.

E. S. P.

*

LINDBERG (Leon N.). — **The Political Dynamics of European Economic Integration.** Stanford University Press. Stanford, Califórnia, 1963, 367 págs., US\$ 7.75.

A Comunidade Econômica Européia (E.E.C.), surgida em março de 1957, recebe um tratamento analítico profundo nesta obra de Lind-

berg — Professor Assistente de Ciências Políticas na Universidade de Wisconsin.

O tema central desenvolvido procura mostrar de que forma a integração sócio-econômica da Europa conduziria a uma integração no campo político e, ainda, como reagiriam a esta unificação os vários grupos econômicos nacionais europeus, bem como os poderes políticos por eles influenciados.

Destarte, o objetivo principal do autor é mostrar a Comunidade Econômica Européia como uma forma de integração política:

“This study of the European Economic Community does not offer a definitive account of its activities, but is directed toward a limited number of specific concerns... I am interested in political integration, in the processes whereby a number of nationstates come to construct a single political community”. (Pág. VII).

E mais adiante especifica o que entende por integração política:

“Political integration is the process whereby nations forgo the desire and ability to conduct foreign and key domestic policies independently of each other, seeking instead to make joint decisions or to delegate the decision-making process to new central organs; and the process whereby political actors in several distinct setting are persuaded to shift their expectations and political activities to a new center”. (Pág. 6).

O período estudado abrange desde a fundação da Comunidade em 25 de março de 1957 até janeiro de 1961. Algumas decisões importantes tomadas em janeiro de 1962 também foram incluídas no trabalho, como por exemplo a decisão de uma política agrícola comum.

Os fatos estudados são muito recentes, não tendo, pois, havido tempo suficiente para fazer sentir suas conseqüências mais completas e profundas, o que torna a análise precária. Esta realidade é reconhecida pelo próprio autor.

A Comunidade tem como base da integração econômica a circulação alfandegária livre de mercadorias, serviços e capitais entre os seis Estados-membros. É evidente, que esta uniformidade econômica teria reflexos profundos na vida política de cada um dos membros da Comunidade, tornando indispensável paralela uniformidade no campo político, realização esta prenhe de enormes dificuldades. Por outro lado, o nível de relações entre os poderes políticos centrais da Comunidade e os grupos econômicos regionais suscitariam problemas de difícil solução.

Na primeira parte da obra, Lindberg analisa com propriedade todas as possíveis soluções de problemas surgidos, tomando como base soluções anteriores. Considera ainda o autor, como tendo quatro bases angulares o processo de integração política, assim alinhadas:

- 1). — As Instituições e a ação política dos Órgãos Centrais da Comunidade devem estar em desenvolvimento constante.
- 2). — As tarefas adjudicadas a estas Instituições devem ser suficientemente específicas e importantes no sentido de ativar o pro-

cesso sócio-econômico, para o qual as organizações internacionais convencionais não têm acesso.

3). — Estas tarefas devem ser crescentes e hereditárias.

4). — Os Estados-membros devem resguardar seus interesses particulares, tão zelosamente, quanto os da Comunidade.

Passa, em seguida, a confrontar essas hipóteses com as medidas e objetivos práticos da Comunidade Econômica Européia, observando primeiramente de que forma as disposições estatutárias do Tratado contribuem para o processo de unificação política. Faz uma exposição sucinta dos seus artigos, buscando explicação para as hipóteses previamente colocadas, atendo-se, principalmente, às liberações alfandegárias e à normalização da concorrência entre os membros da Comunidade.

Em seguida, analisa o Tratado e a integração política, propriamente dita, mostrando que este tem um poder legislativo ou quase legislativo, para não mencionar o poder administrativo, tão acentuado, que impede os países membros de agirem autonomamente sem ferir as disposições do Tratado e, por conseguinte, o espírito da Comunidade, que o mesmo rege.

Na segunda parte da obra faz Lindberg um exame das experiências da Comunidade no seu primeiro ano de existência: as decisões mais importantes tomadas; o funcionamento dos órgãos encarregados de tomá-las; os problemas em relação a terceiros; a posição de cada um dos grupos sócio-econômicos de cada país-membro em relação às decisões alcançadas, em suma, seus êxitos e fracassos.

Segue-se um estudo mais acurado das principais realizações da Comunidade, no curto período de vida do Tratado.

A primeira delas foi a criação de uma área livre de comércio, fato que representou importante adiantamento às disposições especificadas no Tratado. Apesar de interesses tão distintos aí se defrontarem, foi possível manter a força e autonomia do poder central da Comunidade. Sua atuação acabou por criar um acôrdo, que se transformou na doutrina da instituição. Os pontos mais discrepantes foram analisados, especificando-se os interesses de cada país-membro. A resolução final dá ênfase à força do poder central ao conseguir a criação de uma área livre de comércio dentro da Comunidade, protegida tarifariamente em relação a terceiros, quando alguns membros importantes advogam a criação de uma área comercial livre também em relação a terceiros. A possibilidade de atuação política independente de cada membro ficou extremamente limitada, pois as decisões prescindiam da aprovação total, para sua efetivação. Além disso, a Comissão Central, órgão máximo da Comunidade, poderia agir, livremente, nos assuntos atinentes à sua alçada, mesmo sem aprovação dos parlamentos nacionais.

A segunda decisão de realce foi a aceleração do processo de unificação das tarifas alfandegárias e, isto, porque os grupos econômicos europeus passaram a planificar seus investimentos visualizando

não somente o mercado restrito de suas áreas nacionais, mas toda a área internacional do Mercado Comum, o que por si só é prova marcante da irreversibilidade da Instituição. Esta tomada de posição dos grupos econômicos impulsiona a igualitarização tarifária do mercado, predispondo, necessariamente, para uma correspondente igualitarização social e política.

A terceira meta foi a unificação das tarifas exteriores, estabelecida de modo a ser a média aritmética das tarifas locais de cada país-membro. Alguns produtos, sobre os quais não se conseguiu uma tarifa comum e aos quais em época posterior seriam homologadas tarifas votadas por maioria na Comissão Central, foram arrolados na convencionalmente chamada "Lista G". Efetivamente, a possibilidade de total unificação alfandegária coloca a Comissão Central em condições de discutir as bases do comércio exterior para todo mercado produtor e consumidor internacional, e, principalmente, com os "Sete de Fora", liderados pela Grã-Bretanha. Este poder, ao mesmo tempo que instrumento de importância transcendental, no campo econômico, também o é no campo político, tornando-se obviamente um fator de integração política.

Por fim, a concretização de uma política agrária comum. A unificação do mercado agrícola produtor teria que ser paralelamente seguido pelo estabelecimento de uma política uniforme para toda a Comunidade, e, naturalmente, as decisões concernentes às atividades agrícolas teriam que ser tomadas por um órgão da Comunidade. Os problemas desta unificação são abordados sob vários ângulos: os interesses divergentes dos países agrícolas e os industriais, as diferenças de preço entre as áreas, etc. Para o autor, esta unificação é da mais alta importância, porquanto ela seria uma vez mais, como outros aspectos já vistos, fator de integração política.

Na conclusão temos um retrospecto dos principais problemas colocados, salientando-se a retomada da tese inicialmente colocada pelo autor, ou seja, a de que paralelamente à unificação econômica surgiria uma integração política:

"They have felt that the ultimate goal of a united Europe was a justification for certain sacrifices, and that eventually the European Parliament would take its rightful place as a true parliament of Europe". (Pág. 295).

Em apêndice, encontramos um quadro dos principais órgãos administrativos e políticos do E.E.C., e seu funcionamento burocrático, bem como a cronologia das negociações para a área livre de comércio (págs. 299-317), além de recapitulação das notas de pé de página, e bibliografia específica exaustiva (págs. 318-367).

JOBSON DE ANDRADE ARRUDA

*